

## Uma proposta de definição de comunidade com base em B. F. Skinner (1953)

*A Proposal for a Definition of Community Based on B. F. Skinner (1953)*

1 CÂNDIDO ROCHA FLORES JÚNIOR<sup>1,2</sup>  
2 AÉCIO BORBA<sup>3</sup>  
3 RODRIGO LOPES MIRANDA<sup>4,5</sup>

<sup>1</sup>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
<sup>2</sup>UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
<sup>3</sup>UNIVERSITY OF NORTH TEXAS (EUA)  
<sup>4</sup>UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
<sup>5</sup>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

### Resumo

O debate sobre o conceito de comunidade trouxe diversas definições, sem chegar a um consenso. Por sua vez, a análise do comportamento mantém um histórico de isolamento acadêmico, afastando contribuições relevantes de áreas como a psicologia social e comunitária. Nossa objetivo foi apresentar uma formulação comportamentalista radical à noção de comunidade, analisando o uso da palavra no livro "Ciência e Comportamento Humano", de Skinner. Nossa análise indica a possibilidade de uma definição de comunidade como um coletivo de pessoas que interagem recorrentemente entre si sob contingências em comum, caracterizadas por uma história e um ambiente social compartilhados. A categoria se distinguiria do uso do termo "grupo" por orientar um maior enfoque em aspectos históricos e diacrônicos. A definição favorece a atenção à dimensão comunitária de fenômenos relacionados ao campo da linguagem, da subjetividade e da cultura. Esperamos que a proposta favoreça, também, um redirecionamento de analistas do comportamento para problemas específicos dos estudos e da ação comunitária, e a aproximação à psicologia social e às ciências sociais.

Palavras-chave: B. F. Skinner, análise do comportamento, psicologia comunitária, comunidade.

### Abstract

The debate on the concept of community has produced multiple definitions without reaching a consensus. At the same time, behavior analysis has a history of academic isolation, distancing itself from relevant contributions from fields such as social and community psychology. The aim of this article is to present a radical behaviorist formulation of the notion of community, by analyzing the use of the term in Skinner's book *Science and Human Behavior*. Our analysis indicates the possibility of defining community as a collective of people who interact recurrently with each other under common contingencies, characterized by a common history and shared social environment. This category would be distinguished from the use of the term "group" by emphasizing historical and diachronic aspects. The proposed definition promotes attention to the community dimension of phenomena related to the fields of language, subjectivity, and culture. We hope that this proposal will also encourage a redirection of behavior analysts toward problems specific to community studies and community action, as well as a closer engagement with social psychology and the social sciences.

Keywords: B. F. Skinner, behavior analysis, community psychology, community.

NOTA. A PESQUISA FOI FINANCIADA PELA BOLSA DE DOUTORADO DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ DO PRIMEIRO AUTOR (PROCESSO 165674/2021-0) E PELA BOLSA DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA DO CNPQ DO TERCEIRO AUTOR (PROCESSO 305043/2023-4).

✉ [jrochaflores@gmail.com](mailto:jrochaflores@gmail.com)

DOI: [HTTP://DX.DOI.ORG/10.18542/REBAC.V21I2.19764](http://dx.doi.org/10.18542/REBAC.V21I2.19764)

A literatura sobre a noção de comunidade tem uma longa história de debate acadêmico, com especial relevância na sociologia e na psicologia social (Mocellim, 2011; Sawaia, 2015). O desenvolvimento do tema permitiu novas formas de aplicação da psicologia, com foco na ação coletiva (Montero, 2004). Em particular, tais contribuições possibilitaram novas estratégias de ação política entre especialistas no contexto latino-americano, com o estabelecimento da psicologia social comunitária (Freitas, 2015; Montero, 1984). O debate a respeito da noção de comunidade trouxe uma diversidade de caracterizações sem levar a um consenso (Gomes, 1999; Sawaia, 2015; Silva & Simon, 2005). Muitas das definições tradicionais apresentam dificuldades em se adaptar a diferentes contextos. No caso das caracterizações clássicas da sociologia, há uma tendência

a se referir a um passado pré-moderno (frequentemente romantizado) (Mocellim, 2011; Walsh & High, 1999), o que dificulta que seu escopo conte com fenômenos contemporâneos nos quais a psicologia social está interessada. Além disso, as caracterizações dependentes do espaço físico ou geográfico são confrontadas, por exemplo, com o surgimento das comunidades virtuais e sua expansão no século XXI (Costa, 2005).

A análise do comportamento, por sua vez, tem um histórico de isolamento acadêmico (Cruz, 2017; Strapasson et al., 2017; Wulfert, 1997) e de intervenções comprometidas com o ajustamento individual (Prilleltensky, 1991, 1994). Essa condição pode excluir contribuições relevantes, como as dos estudos sociais e da psicologia comunitária, especialmente na produção de conhecimento no Sul Global (Flores Júnior et al., 2024). Trabalhos da análise contextual social (Guerin, 2020a, 2020b) e do campo da psicologia comunitária comportamental (Fawcett, 2021; Rakos et al., 2022) demonstraram as contribuições desse diálogo. Tais propostas enfrentam desafios para se consolidar no cenário geral de publicações e debates da análise do comportamento, de modo a influenciar o desenvolvimento da própria ciência do comportamento.

O modo comportamentalista radical de lidar com as categorias teóricas pode favorecer formas específicas de lidar com a ideia de comunidade. Primeiramente, as categorias comportamentalistas são radicalmente relacionais, negando apelos essencialistas à “coisa em si” (Carrara, 2018; Morris, 1988). Essa forma de descrever os fenômenos permite uma caracterização menos topográfica e rígida das comunidades, favorecendo a ênfase nas interações entre as pessoas. Além disso, a atenção ao aspecto comportamental das relações comunitárias pode fortalecer a compreensão sobre o assunto. Ao tomar as interações entre os seres humanos e o mundo como objeto de estudo (Lopes et al., 2018), a análise do comportamento favorece a descrição empírica de fenômenos em que os aspectos humanos e contextuais são inseparáveis.

Neste estudo, nosso objetivo foi apresentar uma formulação comportamental do conceito de comunidade, com base no uso do termo por Skinner no livro Ciência e Comportamento Humano (*Science and Human Behavior*, CCH; 1953/2014). A abordagem do conceito de comunidade aproxima analistas do comportamento do tópico a partir de seus próprios termos, favorece a aproximação à dimensão política da análise do comportamento (Flores Júnior & Córdova, 2019) e cria possibilidades de uma contribuição efetiva para a discussão sobre o tema por meio do conhecimento dos fenômenos comportamentais. Por sua vez, um tratamento comportamental às questões psicossociais pode ser favorecido pela forte relação da noção de comunidade com a explicação dos fenômenos da linguagem e da subjetividade na ciência skinneriana (ver Burton & Kagan, 1994).

Após a descrição dos procedimentos usados na pesquisa conceitual, apresentaremos a análise interpretativa. Dividimos a análise de conteúdo entre as seis seções que compõem o livro de Skinner para apresentar o percurso do uso do termo ao longo do texto do autor. Nossa roteiro prioriza a discussão sobre a interação entre a noção de comunidade e as demais categorias de sua rede conceitual. Com base na análise realizada, apresentaremos uma proposta de síntese conceitual.

Nosso principal argumento diz respeito à diferenciação entre as noções de comunidade e grupo. Embora ambas frequentemente soem intercambiáveis, certas sutilezas no uso das palavras orientam diferentes definições, relações conceituais e orientações práticas. Também defendemos a necessidade de distinguir entre os campos dos fenômenos culturais e dos fenômenos comunitários. A noção de comunidade dá atenção especial a níveis de explicação intermediários, na fronteira entre pessoa e cultura ou pessoa e sociedade. São justamente as características específicas da noção de comunidade que nos indicam seu potencial de contribuir para a construção de uma psicologia social de base comportamentalista radical (ver Flores Júnior et al., 2024). Delineando essas diferenças, esperamos contribuir para o fortalecimento do uso da noção de comunidade na análise do comportamento.

## Método

A pesquisa teve como objetivo investigar o uso de um termo específico em um determinado texto. Esse procedimento permite a interpretação sistemática da categoria, e ao mesmo tempo viabiliza críticas que indicam falhas metodológicas que podem interferir em nossa própria análise (Laurenti & Lopes, 2016). Ressaltamos que nosso objetivo não é extrair uma definição última e verdadeira, mas um itinerário interpretativo válido e coerente do texto de Skinner (1953/2014). Uma análise de toda a obra do autor não se encaixaria nos limites da pesquisa, uma vez que o objetivo é analisar a viabilidade da leitura conceitual dentro de uma lógica comportamentalista para o diálogo em uma área mais ampla, e não uma extensão completa de um conceito skinneriano.

## Fontes

Para avaliar uma definição comportamentalista radical de comunidade, a fonte selecionada foi o livro “Ciência e Comportamento Humano” (Skinner, 1953/2014), escrito em sua língua nativa, o inglês. Esse livro foi escrito na década de 1950, quando Skinner começou a produzir textos predominantemente teóricos e interpretativos (Rodrigues Neto & Pereira, 2020; Tourinho, 1999). No livro, o psicólogo estadunidense apresenta um escopo geral de sua proposta para a ciência do comportamento, descrevendo diferentes

aspectos de sua teoria. O material tem uma relevância histórica para a consolidação da análise do comportamento como um sistema teórico organizado na psicologia estadunidense, e no contexto brasileiro teve uma especial influência no modo como se estruturou a formação em psicologia no país (Miranda & Strapasson, 2023). Andery (1990) explica o papel do livro na integração do amplo escopo de interpretações que Skinner vinha construindo sobre sua ciência comportamental até aquele momento:

A publicação, em 1953, de *Science and Human Behavior* se constituiria na síntese que então Skinner propõe para explicar e controlar o comportamento humano. No texto são apresentados sistematicamente os pressupostos de uma ciência do comportamento humano, os princípios teóricos que fundamentam a explicação do comportamento, a extensão destes conceitos a diferentes aspectos do comportamento humano e, finalmente, a interpretação da ciência do comportamento para a sociedade, a cultura. (p. 138)

A categoria de comunidade não recebe atenção direta no texto, aparecendo apenas para esclarecer outros conteúdos. Isso torna proveitosa a aplicação de uma análise conceitual sistemática para interpretar os usos que o autor faz da palavra. Outros livros de Skinner mencionam o termo comunidade, mas seu uso comumente é menos diversificado quando relacionado a temas mais restritos. Esse é o caso do livro “O Comportamento Verbal” (*Verbal Behavior*, Skinner, 1957/1992), em que as muitas ocorrências da palavra se referem à noção de *comunidade verbal*.

## Procedimento

Os procedimentos da interpretação conceitual do texto seguem um formato influenciado por Laurenti e Lopes (2016) e anteriormente utilizado na pesquisa de Flores Júnior e colaboradoras (2021). A primeira etapa foi ler o texto completo e, em seguida, selecionar todas as ocorrências do termo comunidade no livro, juntamente com os trechos do texto. Com a leitura dos trechos selecionados, foram elaborados esquemas gráficos para representar de maneira visual as relações conceituais encontradas no texto. Em seguida, foram listados e definidos os termos necessários para garantir a compreensão dos esquemas gráficos com base no contexto original da citação. Usamos o próprio CCH para definir esses termos necessários, com poucas exceções: usamos a definição de comportamento verbal em “O Comportamento Verbal” (Skinner, 1957/1992) sob a indicação de uma nota de rodapé presente em CCH; a noção de contingência foi extraída do livro “Contingências de Reforçamento: Uma Análise Teórica” (*Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*, Skinner, 1969/2014) devido à ausência de uma definição no próprio CCH; nas definições de práticas culturais e cultura, acrescentamos algumas observações de Fernandes et al. (2017), em função das variações no uso dos termos ao longo da obra de Skinner. A síntese conceitual proposta pelos autores e aqui utilizada foi a seguinte:

Cultura é um termo que remete a *conjunto de contingências sociais*, isto é, contingências de reforçamento e punição mantidas pelos membros de um grupo em contextos específicos. Isso implica dizer que há relações típicas dessa cultura entre as pessoas e seus ambientes; nesse sentido, dizemos que um sujeito faz parte de uma cultura se as contingências sociais que a caracterizam possuírem alguma função no controle de seu comportamento. Naturalmente, aspectos do ambiente físico, como características do espaço geográfico em que vivem e se comportam as pessoas, são parte considerável de tais contingências, ainda que as contingências não possam ser a eles restritos. (Fernandes, et al., 2017, p. 276-277)

Os esquemas gráficos e a lista de conceitos foram uma fonte prioritária para a análise textual das relações conceituais. O conteúdo escrito serviu de base para a síntese conceitual elaborada e apresentada na próxima seção.

## Resultados

## **Seção 1 - A possibilidade de uma ciência do comportamento humano**

Na primeira seção de CCH, Skinner se concentra em promover a análise do comportamento como um projeto científico, introduzindo questões fundamentais do comportamentalismo radical (como filosofia da ciência do comportamento) que seriam tratadas com mais detalhes no livro *Sobre o Behaviorismo* (*About Behaviorism*, Skinner, 1974). Houve apenas uma única ocorrência da palavra comunidade, e seu uso parece mais comprometido com o léxico comum da palavra do que com uma categoria teórica. A primeira relação aparece com a palavra “grupo”; nesse primeiro momento, comunidade é incluída como uma entre outras possibilidades de grupo, sendo, nesse sentido, uma categoria mais restrita. Aqui, um grupo (possivelmente uma comunidade) pode entrar em contato com outro, o que indica a possibilidade de distinguir e identificar diferentes unidades nessas categorias, diferentes grupos e diferentes comunidades que interagem.

## **Seção 2 - A análise do comportamento**

Encontramos seis ocorrências da palavra “comunidade” na segunda parte do livro. Nessa seção, Skinner apresenta os fenômenos básicos do comportamento dos organismos e as interpretações sobre o conteúdo da análise experimental. Uma questão particular está relacionada ao uso da palavra “sociedade”, que aparece de forma acessória sob a afirmação de que “contingências de reforço que são arranjadas pela sociedade são especialmente propensas a mudar” (Skinner, 1953/2014, p. 97). Para prosseguir com seu argumento, Skinner trata do controle exercido pela comunidade. Uma possibilidade de entendimento seria que a comunidade é percebida como uma instância inserida na sociedade, sendo, portanto, um exemplo de sua extensão, mas não representativa de sua totalidade. Entretanto, essa conexão não é desenvolvida de maneira explícita no texto, o que exige parcimônia em qualquer afirmação categórica.

Nessa seção, Skinner descreve claramente a relação entre comunidade e indivíduo. A comunidade aparece como um agente padronizador do repertório de indivíduos:

Se as contingências diferenciais mudam, a topografia do comportamento muda com elas. . . . As contingências de reforço que são organizadas pela sociedade têm uma probabilidade especial de mudar. O comportamento verbal fornece muitos bons exemplos. . . . Mas, por fim, o comportamento verbal só é bem-sucedido quando gera um comportamento adequado no ouvinte médio; portanto, a forma do comportamento passa a corresponder cada vez mais aos padrões de uma determinada comunidade. Quando passamos de uma comunidade para outra, a topografia de nosso comportamento pode mudar. (Skinner, 1953/2014, p. 96-97)

Nesse sentido, a comunidade dispõe contingências diferenciais e estabelece relações entre os indivíduos e seu ambiente físico e social para que eles se comportem de maneiras específicas, e não se comportem de outras formas. Pessoas que trocam de comunidades apresentam mudanças em seu padrão de se comportar, porque as relações dispostas às suas diferentes ações se alteram. As contingências e as práticas da própria comunidade podem elas mesmas mudar, tendo como efeito também a modificação no comportamento individual.

Pela primeira vez, a comunidade é apresentada nesta seção como uma comunidade verbal, começando a estabelecer a relação entre comunidade e linguagem. O comportamento verbal pode ser “perpetuado pela comunidade verbal” (Skinner, 1953/2014, p. 136). No mesmo trecho do texto, a noção de prática também começa a ser explicitada: uma comunidade perpetuaria uma série de práticas verbais ou não verbais, que se modificariam ao longo do tempo. Sendo responsável pelo estabelecimento de práticas verbais, a comunidade também modificaria as relações do indivíduo com a realidade por meio de seu controle diferencial, modificando as propriedades sob as quais o comportamento estará sob controle. Isso acontece em níveis tão refinados a ponto de possibilitar o processo de abstração de propriedades singulares da natureza.

É interessante notar que, em todas as ocorrências apresentadas nesta segunda seção, a comunidade está relacionada de alguma forma ao comportamento verbal. Isso é consistente com a definição do comportamento verbal como uma ação cujas consequências dependem de um ouvinte treinado em uma dada comunidade verbal (Skinner, 1957/1992). Essa interação entre as práticas da comunidade verbal e a perpetuação do repertório verbal individual parece estar de acordo com a distinção feita por Skinner ao identificar que o uso do termo linguagem normalmente diria respeito às práticas da comunidade; em contrapartida, o comportamento verbal diria respeito às ações do indivíduo.

### Seção 3 - O indivíduo como um todo

A seção em que Skinner se volta para o escopo mais psicológico de sua discussão contém 35 usos do termo comunidade. Os capítulos da seção tratam, respectivamente, do autocontrole, dos eventos privados (especialmente do pensamento) e do *Self*. No texto skinneriano, a comunidade ganha importância no papel de estabelecer fenômenos que tradicionalmente são atribuídos ao campo da psicologia e compreendidos como questões concernentes aos indivíduos (ver Tourinho, 2006).

Skinner descreve o autocontrole como ações da pessoa que têm o efeito de alterar as variáveis que afetarão o seu comportamento no futuro. Nesse caso, a comunidade tem dois papéis: ela estabelece as contingências que o indivíduo poderá manipular e influencia na motivação para que ele exerça o autocontrole. O autor é enfático ao descrever o quanto pouco controle seria deixado para o indivíduo em comparação com a influência da comunidade ou da sociedade:

Uma mera pesquisa sobre as técnicas de autocontrole não explica por que o indivíduo as coloca em prática. . . . Tornamos esse comportamento de controle mais provável ao organizar contingências especiais de reforço. . . . Algumas dessas consequências adicionais são fornecidas pela natureza, mas, em geral, são organizadas pela comunidade. . . . Parece, portanto, que a sociedade é responsável pela maior parte do comportamento de autocontrole. Se isso estiver correto, pouco controle final permanece com o indivíduo. (Skinner, 1953/2014, p. 240)

A sociedade aparece novamente como uma categoria ampla da qual o papel da comunidade traria um exemplo mais específico. Além disso, diferentes sociedades teriam características distintivas entre si: “uma sociedade que gera pessoas introspectivas” (Skinner, 1953/2014, p. 269), por exemplo, teria mais informações sobre eventos privados do que uma sociedade que não o faz.

Ainda nessa seção, Skinner (1953/2014) introduz a noção de um treino ético exercido pela comunidade. Mais adiante, em outras seções do livro, Skinner estabelece o treino ético como práticas que reforçam determinados comportamentos e punem outros, associando a ocorrência desses comportamentos aos efeitos comumente produzidos pelo reforço ou pela punição. Assim, o que seria certo ou errado, por exemplo, seria estabelecido com base na prevalência desse controle e de seus efeitos. É o caso da pessoa que faz algo estabelecido em sua história como errado e depois sofre com a culpa.

O comportamento de tomar uma decisão também é visto como algo que tende a estar relacionado ao aprendizado com a comunidade. O autor não especifica extensivamente as nuances e os limites dessa relação, deixando pelo menos um exemplo: “ensinamos uma criança a ‘parar e pensar’ e a ‘considerar todas as consequências’ fornecendo reforços adicionais e, até certo ponto, irrelevantes ou espúrios” (Skinner, 1953/2014, p. 244).

Em muitos casos, o autor enfatiza o papel da comunidade no estabelecimento do repertório verbal do indivíduo. Ele destaca o papel de mediação do reforço, estabelecendo ações que jamais seriam reforçadas fora de ambientes sociais e tornando o sujeito sensível a reforçadores típicos da vida em comunidade. Em certo sentido, o conhecimento seria um comportamento verbal estabelecido e mantido por meio do reforço social. Em específico, o autoconhecimento só seria possível quando a comunidade dispusesse contingências para que o indivíduo se comportasse diferencialmente em relação ao seu comportamento, para falar sobre si mesmo: “a auto-observação também é produto de contingências discriminativas e, se uma discriminação não puder ser forçada pela comunidade, ela pode nunca surgir. Por mais estranho que pareça, é a comunidade que ensina o indivíduo a ‘conhecer a si mesmo’” (Skinner, 1953/2014, p. 260-261).

Embora os termos grupo e comunidade pareçam intimamente relacionados em outras seções, nesta seção Skinner os relaciona em apenas dois momentos. Quando separados, o autor usou a palavra “grupo” com o verbo “controlar”, enquanto a palavra “comunidade” é comumente associada ao verbo “estabelecer”. Ambas parecem ainda superficialmente intercambiáveis, mas há um comprometimento da palavra grupo com o controle ou seus efeitos no momento presente, enquanto a palavra comunidade tende a denotar uma ênfase histórica ou contínua específica, mesmo quando se refere ao controle do comportamento. Por exemplo, na mesma passagem em que o autor afirma que podemos interpretar as respostas verbais a eventos públicos “em termos de uma situação estimuladora e de certos procedimentos característicos de condicionamento com os quais a comunidade estabeleceu respostas verbais” (Skinner, 1953/2014, p. 264), é mencionado que “o grupo geralmente se beneficia quando um indivíduo responde verbalmente a eventos com os quais somente ele está em contato” (Skinner, 1953/2014, p. 264). Além disso, a predominância do termo comunidade justamente na seção em que se discute o que constitui o indivíduo parece enfatizar essa distinção.

A relação entre comunidade e eventos privados é um tema recorrente. O acesso limitado da comunidade parece definir quais comportamentos seriam considerados privados ou não. A noção de comunidade como o contexto do indivíduo aparece como uma ideia implícita no texto. Nesse sentido, podemos interpretar a comunidade como um termo que diz respeito às pessoas que convivem com o indivíduo. A relação entre comunidade e eventos privados é melhor delineada: é a comunidade que torna o indivíduo sensível a

seus eventos privados e estabelece as respostas verbais sobre esses eventos. Em outras palavras, a comunidade dispõe contingências para que a pessoa fale sobre o que seria privado. Tendo a interação social como um determinante da nossa relação com eventos privados, se estabelece também a impossibilidade da ideia de eventos que sejam totalmente privados. Em certa medida, todo evento privado seria acessível para a comunidade, pois só assim é que o repertório do indivíduo se estabelece.

Skinner (1953/2014) relaciona o uso cotidiano das noções de “self” e “personalidade” à ideia de um sistema de respostas funcionalmente unificado, um padrão de funcionamento relativamente estável produzido a partir da relação histórica entre a pessoa e o contexto. A interação com a comunidade é fundamental para determinar os padrões de comportamento do indivíduo e estabelecer como esse *self* e essa personalidade serão compreendidos. Nas palavras de Skinner:

O comportamento controlador fomentado pela comunidade consiste em um conjunto selecionado de práticas que evoluíram na história de uma cultura específica devido ao seu efeito sobre o comportamento antissocial. Na medida em que esse comportamento favorece a comunidade - e apenas nessa medida - , podemos falar de uma consciência unitária, consciência social ou superego. (Skinner, 1953/2014, p. 286-287)

Nessa terceira seção, a noção de cultura parece dizer respeito a práticas em um sentido mais abstrato e passivo (no sentido de relações e processos estabelecidos, mantidos ou modificados ao longo do tempo). Por sua vez, a comunidade se referiria a elementos mais ativos e concretos (em construções textuais nas quais a comunidade tem papel de sujeito ou agente). Assim, podemos fortalecer a identificação da comunidade com seus membros: a comunidade não é uma entidade abstrata; é um coletivo de pessoas que se comportam.

#### **Seção 4 - O comportamento das pessoas em grupos**

A quarta seção do livro concentra-se no comportamento das pessoas em grupos, abordando questões relacionadas ao comportamento social (definido como o comportamento de duas ou mais pessoas em interações mútuas ou em um ambiente compartilhado), além das formas de controle social, pessoal ou de grupo. Houve seis ocorrências da palavra comunidade nessa seção.

CCH menciona novamente o controle discriminativo estabelecido pela comunidade, mantendo a lógica de que padrões específicos de comportamento só são produzidos na comunidade e só acontecerão devido ao contato entre seus membros. Nesse mesmo sentido, certos comportamentos mantidos na comunidade não afetariam o ambiente puramente físico: o efeito está em mudar o comportamento de outras pessoas. Esse é o caso das ocorrências encontradas da palavra comunidade relacionadas ao repertório verbal, como no trecho:

A resposta de A, “Dê-me um cigarro”, seria bastante ineficaz em um ambiente puramente mecânico. Ela foi condicionada por uma comunidade verbal que ocasionalmente a reforça de uma maneira específica. A já formou há muito tempo uma discriminação em virtude da qual a resposta não é emitida na ausência de um membro dessa comunidade. (Skinner, 1953/2014, p. 307)

Ao tratar do elemento de controle pessoal presente no comportamento verbal (em sua interação entre falante e ouvinte), Skinner menciona as relações entre a comunidade e os padrões de comportamento social e o estabelecimento de padrões de interação entre os membros da comunidade. Nesse sentido, o efeito da comunidade no estabelecimento do repertório de comportamentos de um indivíduo é delineado como um aspecto prévio quando se observa o controle de um indivíduo sobre outro. Nas interações sociais, controlar ou ser controlado teria suas características estabelecidas no histórico de interações do sujeito com a comunidade. O autocontrole e o controle ético continuam como temas tangentes nessas observações, mas sem novidades em relação às seções anteriores.

Nessa quarta seção, a noção de grupo é proeminente, tendo um capítulo específico sobre as formas de controle que um grupo estabelece na relação com os indivíduos. Com tal predominância, a palavra “grupo” aparece com mais frequência em trechos em que a palavra “comunidade” seria esperada, como ao tratar de eventos da história do indivíduo e do estabelecimento de práticas e repertórios. No capítulo intitulado “Controle pelo grupo”, quando a palavra “comunidade” apareceu junto com esses usos de “grupo”, ela se referiu uma vez ao comportamento verbal e uma vez ao autocontrole. Isso parece consistente com a tendência de Skinner de favorecer o uso do termo comunidade em relação à linguagem e ao estabelecimento de repertórios mais complexos do indivíduo, como foi o caso de sua predominância na seção três.

A hipótese de que a comunidade é um grupo caracterizado por certas especificidades parece consistente. Poderíamos dizer que toda comunidade é um grupo, mas nem todo grupo é uma comunidade. Nesse caso, uma frase que diz respeito a uma determinada comunidade poderia se referir a ela usando a palavra “grupo”, mas a definição de grupo não seria suficiente para nos referirmos aos fenômenos comunitários.

## Seção 5 - Agências de controle

O termo comunidade perde destaque na seção dedicada às agências controladoras, enquanto Skinner aborda o controle no governo, na religião, na psicoterapia, na economia e na educação. Houve apenas três ocorrências do termo no último capítulo, tendo um foco no controle educacional.

Pela primeira vez no livro, uma comunidade parece ser tratada como um lócus: afirma-se que uma instituição educacional poderia estar em uma determinada comunidade (p. 404). A caracterização dessa comunidade como um espaço fisicamente identificável ou um vínculo relacional entre seus membros ainda não fica clara, entendendo que a noção de agência de controle permite usos nesses dois sentidos. As agências de controle, como a educação, são caracterizadas como tal por seu nível de organização como um grupo que controla o comportamento dos indivíduos; é uma categoria relacional. Ao mesmo tempo, uma agência pode ser identificada na forma de uma instituição específica, como a própria escola, envolvendo a identificação com seu prédio, ambiente físico, diretoria e corpo docente. A definição, no entanto, continua centrada em relações comportamentais. No mesmo capítulo, há também uma declaração de que a agenda da instituição educacional pode se relacionar com o que é útil para a comunidade, o que fortalece a visão de agentes em interação.

## Seção 6 - O controle do comportamento humano

Encontramos seis ocorrências da palavra comunidade na seção em que Skinner aborda a cultura e sua proposta de planejamento cultural. A comunidade está novamente relacionada a padrões aos quais o comportamento individual tende a se conformar, sendo categorizada por práticas verbais específicas e estabelecendo o repertório verbal do indivíduo. O autor afirma que a comunidade educa e pratica “técnicas essencialmente educacionais” (Skinner, 1953/2014, p. 417). O exemplo utilizado remete à lógica do controle ético: “A comunidade estende a classificação de ‘certo’ e ‘errado’ a certas formas desse comportamento e administra os reforços generalizados de aprovação e desaprovação de acordo com isso” (Skinner, 1953/2014, p. 417). A tese de que a comunidade educa é relevante se considerarmos a forma como Skinner entende a educação como um esforço para estabelecer um repertório no indivíduo que tenha importância em contextos futuros (Skinner, 1968/2003). Assim, a interação da comunidade com a história individual novamente é evidenciada.

Há uma segunda indicação da comunidade como um lugar ou espaço, em um sentido mais abstrato, funcionando como “um ambiente reforçador no qual certos tipos de comportamento são reforçados e outros punidos” (Skinner, 1953/2014, p. 416). Com base em uma afirmação como essa, seria possível interpretar uma sobreposição entre “comunidade” e “ambiente social”, ou mesmo “cultura”, conforme definido no livro. Essa ideia, no entanto, não é consistente com a identificação direta entre os membros de uma comunidade e a própria comunidade, conforme observado anteriormente. Neste trecho, também podemos entender a comunidade como um ambiente (social) presente nas contingências das quais as ações de um indivíduo fazem parte, na lógica da análise funcional. No entanto, uma análise de contingências em um período de tempo específico não parece consistente com o teor histórico com o qual a noção de comunidade parece estar conectada, nem com a compreensão do indivíduo como parte da comunidade.

Uma caracterização muito restrita à ideia de ambiente social limitaria o escopo da noção de comunidade. Em primeiro lugar, a interpretação de uma sobreposição entre noções de comunidade e ambiente social poderia fazer parte da definição de comunidade, mas não daria conta de sua descrição completa. Em segundo lugar, a lógica de uma análise de contingência pode orientar um enquadramento de análise específico para quando tratamos das ações de um determinado indivíduo que interage em comunidade; entretanto, essa análise funcional pontual não parece central à caracterização do termo. Isso porque o autor parece, de fato, interessado na continuidade das relações, nas práticas da comunidade como variável dependente.

Nesta última seção, não parece haver muitos elementos novos diretamente relacionados à questão entre as noções de grupo e comunidade. Mesmo nos trechos em que a palavra “comunidade” foi encontrada, “grupo” apareceu com mais frequência, e seus usos foram pouco distinguíveis. Embora fosse possível perceber mais facilmente as distinções entre o que poderia levar Skinner a usar uma ou outra palavra ao longo do texto, se considerássemos apenas a seção final, poderíamos assumir as duas como totalmente intercambiáveis. A tendência de relacionar o grupo ao controle ou a seus efeitos no presente e a comunidade ao estabelecimento de elementos na história do indivíduo ou ao comportamento verbal não parece ter desaparecido totalmente, principalmente porque a comunidade continua a aparecer em situações semelhantes ao restante do material analisado; entretanto, o uso da palavra grupo pode parecer mais indiscriminado (ou difícil de discriminar).

## Discussão e proposta de definição

Embora Skinner não tenha privilegiado diretamente o tema das comunidades em “Ciência e Comportamento Humano” (1953/2014), a noção de comunidade parece fundamental devido à sua relação com categorias que receberam maior destaque no texto do autor, como é o caso do comportamento verbal e dos eventos privados. Uma comunidade é caracterizada por contingências sociais, assim como a noção de cultura, mas se diferencia por priorizar a identificação de seus membros nessas relações. Uma comunidade envolve

um coletivo de indivíduos que interagem ativamente entre si. O uso do termo não parece estar na forma como esses indivíduos exercem controle sobre o comportamento, como acontece na análise realizada por meio da noção de grupo. A prioridade está na interação com o indivíduo ao longo de sua história e em como essa interação estabelece o seu repertório. No entanto, não podemos excluir os indivíduos da definição: eles são a comunidade.

Uma comunidade é um grupo e, portanto, é caracterizada por uma cultura comum entre seus membros (contingências de reforço compartilhadas e mantidas no ambiente social). Entretanto, a noção de comunidade não se restringe a descrever qualquer grupo ou cultura e deve ser entendida em suas especificidades. Com base no texto de Skinner, poderíamos propor a definição de comunidade como: *um coletivo de pessoas que interagem recorrentemente entre si sob contingências em comum, caracterizadas por uma história e um ambiente social compartilhados*. A definição é relacional, assim como o elemento comportamental que a identifica. Uma história compartilhada não significa relações idênticas entre a história da comunidade e a de cada indivíduo, mas que suas interações devem ser situadas historicamente. Um ambiente social compartilhado refere-se a pessoas que são sensíveis ao comportamento umas das outras e têm um ambiente em comum. A relevância da ideia de comunidade verbal é particularmente significativa nessa caracterização, pois o comportamento verbal é definido precisamente por relações que funcionam exclusivamente por meio de uma história cultural compartilhada; suas relações entre sons, gestos ou desenhos e seu papel em nossas vidas são inegavelmente arbitrários. Uma história compartilhada é essencial para definir uma comunidade verbal, e a mesma ideia se aplica às comunidades em geral.

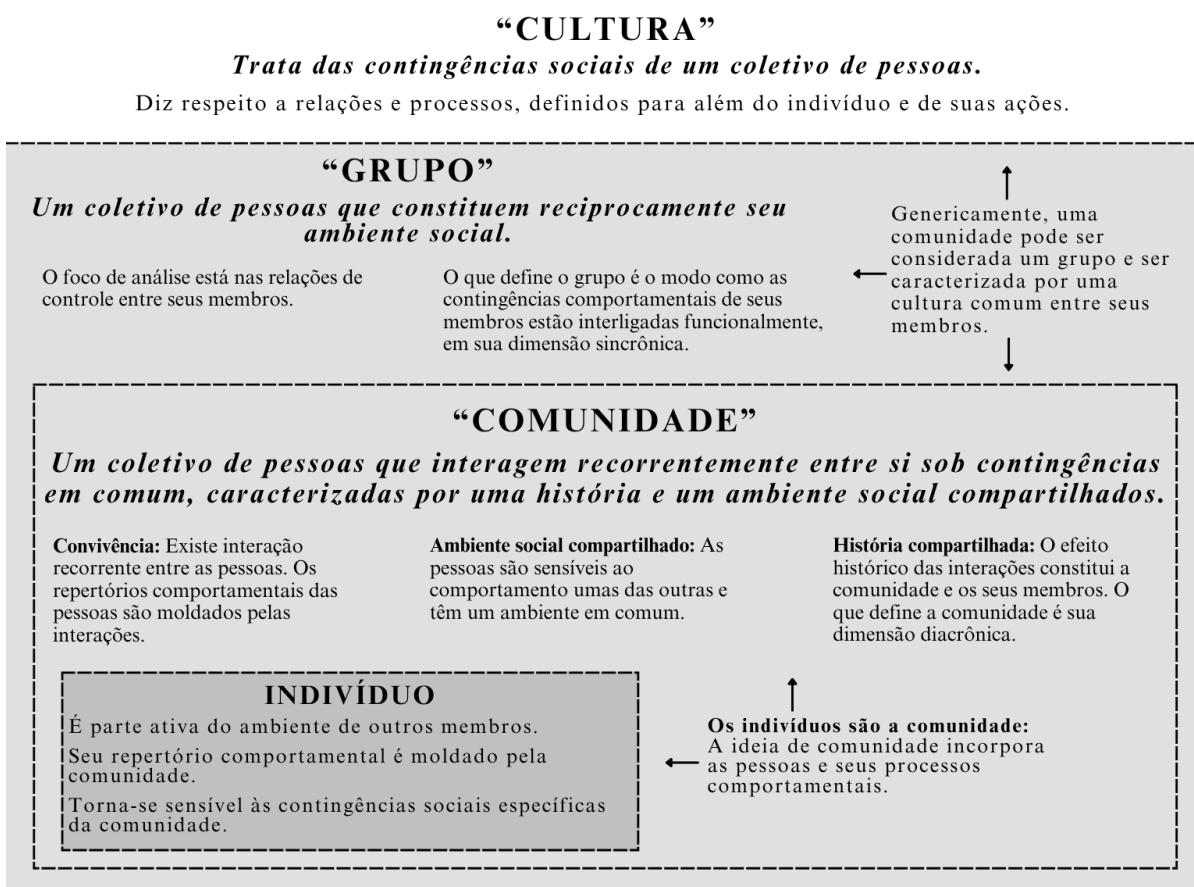
A definição de comunidade que propomos destaca o elemento de convivência entre seus membros: ser sensível a um conjunto específico de contingências sociais não é suficiente para fazer parte de uma comunidade, a menos que a interação com seus membros seja recorrente. Assim, uma comunidade não é apenas um grupo inserido em uma mesma cultura; a noção de cultura tem um significado mais amplo do que a categoria de comunidade. Tal caracterização implica uma horizontalização mais específica nas relações comunitárias e uma impossibilidade de estender a noção de comunidade a uma vasta gama de pessoas, especialmente aquelas que não têm possibilidades viáveis de interação mútua. Em geral, podemos dizer que os membros de uma mesma cultura interagem entre si, mas essa não é uma questão prioritária para a definição de cultura. Quando usamos a categoria de comunidade, nos referimos a um grupo específico em uma cultura específica, com seus membros interagindo entre si e fazendo parte do ambiente comportamental uns dos outros.

Há ainda uma diferença nas dimensões dos fenômenos culturais ou comunitários. A noção de cultura se concentra nas contingências e nos produtos do comportamento de um coletivo de pessoas e naquilo que supera qualitativamente o indivíduo e suas ações. A ideia de comunidade incorpora as pessoas e seus processos comportamentais com base em processos históricos constituídos por meio da interação e da convivência.

A Figura 1 sintetiza a definição de comunidade e suas relações conceituais. As implicações da formulação são melhor compreendidas a partir do modo como a noção de comunidade se relaciona com os usos das noções de cultura e grupo.

**Figura 1**

Esquema gráfico: relações conceituais da definição de comunidade



Tal caracterização se concentra em dimensões concretas de como as pessoas e suas interações se apresentam historicamente, de modo diacrônico. O escopo dos fenômenos comunitários está no espaço fronteiriço entre o que diz respeito à pessoa e à sociedade; é uma categoria de nível intermediário. Optarmos pelo uso de uma ferramenta conceitual com tais características nos aproxima aos objetivos de uma psicologia social comportamentalista radical, como um campo de estudo e ação que trata da mediação entre o comportamento individual e a sociedade (Flores Júnior et al., 2024). A proposta se situa na interseção entre o enfoque tradicional da análise do comportamento em princípios comportamentais universais e a necessidade da compreensão dos contextos societais em suas condicionalidades históricas. O caminho favorecido é a uma interface mais ampla entre diferentes disciplinas, dimensões do conhecimento e objetos de análise.

Como consequência de se compreender “comunidade” como uma categoria distinta de “grupo”, no sentido skinneriano, é possível focar em elementos mais relevantes em sua definição. Um grupo é definido por formas de controle do comportamento e, portanto, tem nas relações de controle um objeto de análise prioritário. Os membros do grupo interagem entre si (mesmo quando se trata de relações de controle verticalizadas), mas sua definição está no controle e em seus efeitos em um momento específico. Ao discutir histórias e contingências compartilhadas, elementos importantes da relação entre indivíduo e comunidade ganham destaque. A necessidade de fortalecimento de tais enfoques tem sido pautada na análise do comportamento brasileira, na medida em que a literatura da área tem se direcionado para um maior foco em pautas relacionadas a atores sociais específicos e em suas particularidades sócio-históricas (Flores Júnior & Laurenti, 2025).

A discussão não é sobre negar a universalidade das relações de controle na determinação de nossos comportamentos ou a existência de estratégias de controle nas relações comunitárias. Trata-se de uma questão de enfoque teórico. As práticas de controle definem um grupo específico e fenômenos de grupo em geral. Essas relações de controle são explicadas com base em episódios sociais que podem ser descritos por processos sincrônicos em um momento específico. No entanto, há outras maneiras de caracterizar as interações comportamentais entre diferentes pessoas. A noção de comunidade nos oferece atenção à diacronia, ao acúmulo e aos efeitos das interações e da coexistência entre as pessoas ao longo do tempo, e a seus efeitos individuais e coletivos.

É interessante pensarmos na constatação de Silva e Fernandes (2024) de que, ao contrário do que a linguagem tradicional do campo culturo-comportamental sugere ao recorrer a categorias antropológicas, seu

escopo de trabalho pouco se assemelha ao da antropologia e dos estudos sociais. O campo contempla mais diretamente a tradição da psicologia social experimental, cujo foco está nos processos gerais observados em pequenos grupos. Enquanto esse enfoque favorece uma compreensão de dimensões gerais de contingências comportamentais interligadas em episódios sociais pontuais e sistematicamente estruturados, uma compreensão culturo-comportamental mais vinculada a uma lógica comunitária poderia oferecer um maior enfoque nas condicionalidades históricas e ecológicas que promovem as particularidades das culturas humanas.

Em uma perspectiva comunitária, o interesse estaria especialmente em como a pessoa participa ativamente das relações com a comunidade, construindo sua cultura e tendo seu próprio repertório construído nessas interações. Em suma, essa formulação conceitual favorece condições para que, além de nos comunicarmos com uma psicologia social experimental nos moldes estadunidenses ou anglófonos, possamos estabelecer interfaces também no campo de uma psicologia social comunitária, de tradição latino-americana. No estudo comportamental da cultura, isso pode significar ampliar nosso interesse de uma compreensão generalista da “cultura de um grupo” para a compreensão historicizada da “cultura de uma comunidade”.

### **Considerações Finais**

A análise desenvolvida nesta pesquisa indica a possibilidade de uma definição de comunidade baseada no texto skinneriano. A definição proposta tem características específicas de como os conceitos são caracterizados no comportamentalismo radical, enfatizando aspectos relacionais no vínculo inextricável entre pessoas e contexto. Seus elementos incluem coletividade, coexistência e contingências históricas e sociais compartilhadas.

Para a análise do comportamento, lidar com a noção de comunidade permite um uso diferencial entre as palavras “comunidade” e “grupo”, distinção que só poderia ser interpretada no livro “Ciência e Comportamento Humano” (Skinner, 1953/2014) por meio de uma análise sistemática, atenta a tendências sutis em seus usos. Os elementos dessa definição favorecem a revisão de categorias fundamentais da análise do comportamento a partir de suas relações com a noção de comunidade e, especialmente, um maior enfoque na dimensão comunitária de fenômenos relacionados ao campo da linguagem, da subjetividade e da cultura. Esperamos que a proposta favoreça, também, um redirecionamento para problemas específicos dos estudos e da ação comunitária, aproximando analistas do comportamento dos estudos sociais e da psicologia social.

Diferentes análises conceituais, seja de outros textos de Skinner ou do trabalho de outros nomes da análise do comportamento, podem trazer robustez e novas questões para a proposta de uma elaboração comportamentalista radical da categoria de comunidade. Mais importante ainda, a incursão nos campos ou temas de estudo e ação da comunidade pode dar materialidade à discussão. A pesquisa atual é uma abordagem inicial e apenas indica possibilidades. A interpretação apresentada nem mesmo representa uma hipótese sobre “como Skinner definiria o que é uma comunidade”, mas uma elaboração específica baseada no uso da palavra em uma obra específica de Skinner.

Olhando para a própria ciência skinneriana, uma apropriação cuidadosa da noção de comunidade parece produtiva; a questão permanece quanto às possibilidades de que essa maneira específica de abordar essa noção possa trazer contribuições além de suas fronteiras. Somente a participação responsável de analistas do comportamento na pesquisa e na ação comunitária pode fornecer respostas sobre a eficácia e a validade de nossas elaborações teóricas. Essas respostas são encontradas nos efeitos do nosso trabalho na realidade coletiva, na escuta às comunidades e no contato com colegas da psicologia social ou de outras ciências sociais.

### **Declaração de conflito de interesses**

Os autores declaram que não há conflito de interesses relativos à publicação deste artigo.

### **Contribuição de cada autor**

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor pode ser atribuída como se segue: C. R. Flores Júnior propôs e realizou os procedimentos da investigação teórico-conceitual, elaborou uma primeira versão do texto e contribuiu com a redação e a revisão final; Borba, A. e Miranda, R. L. contribuíram com a redação e a revisão da versão final do texto.

### **Direitos Autorais**

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons 4.0 BY-NC.



## Referências

- Andery, M. A. P. A. (1990). *Uma tentativa de (re)construção do mundo: A ciência do comportamento como ferramenta de intervenção* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). <https://repositorio.pucsp.br/ispui/handle/16960>
- Burton, M., & Kagan, C. (1994). The verbal community and the societal construction of consciousness. *Behavior and Social Issues*, 4(1-2), pp. 87-96. <https://doi.org/10.5210/bsi.v4i1.210>
- Carrara, K. (2018). *Radical behaviorism and cultural analysis*. Springer.
- Costa, R. D. (2005). Sobre um novo conceito de comunidade: Redes sociais, comunidades pessoais e inteligência coletiva. *Interface*, 2, 1-9. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832005000200003>
- Cruz, R. N. (2017). A fundação do JEAB e o isolamento histórico da Análise do Comportamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3), 1-9. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e323215>
- Fawcett, S. B. (2021). A reflection on community research and action as an evolving practice. *Behavior and Social Issues*, 30, 535-544. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00083-x>
- Fernandes, D. M., Carrara, K., & Zilio, D. (2017). Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultura. *Acta Comportamentalia*, 25(2), 265-280. <https://doi.org/10.32870/ac.v25i2.60158>
- Flores Júnior, C. R., & Córdova, L. F. (2019). Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(4), 527-544. <https://doi.org/10.32870/ac.v27i4.72030>
- Flores Júnior, C. R., Barbosa, D., & Laurenti, C. (2021). Autonomia, educação e compromisso social: Convergências ontológicas entre Paulo Freire e o Comportamentalismo Radical. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 17(2), 207-218. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v17i2.11016>
- Flores Júnior, C. R., & Laurenti, C. (2025). Dimensões ético-políticas em publicações da análise do comportamento brasileira. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 26(1), e242013. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v26i1.2013>
- Flores Júnior, C. R., Laurenti, C., Borba, A., & Tourinho, E. Z. (2024). Rumo a uma psicologia social comportamentalista radical. *Acta Comportamentalia*, 32(4), 647-666. <https://doi.org/10.32870/ac.v32i4.88494>
- Freitas, M. (2015). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da Psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. Em R. Campos (Ed.), *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia* (20. ed., pp. 44-65). Vozes.
- Gomes, A. M. A. (1999). Psicologia comunitária: Uma abordagem conceitual. *Psicologia: Teoria e Prática*, 1(2), 71-79. <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1154>
- Guerin, B. (2020a). *Turning psychology into social contextual analysis*. Routledge.
- Guerin, B. (2020b). *Turning psychology into a social science*. Routledge.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. Em C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araujo (Eds.), *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41-69). Hogrefe.
- Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2018). *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical* (2. ed.). CRV.
- Miranda, R. L., & Strapasson, B. A. (2023). A recepção inicial de Ciência e Comportamento Humano no Brasil. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 14(2), 036-047. <https://doi.org/10.18761/shb037023dc>
- Mocellim, A. D. (2011). A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. *Plural*, 17(2), 105-128. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2010.74542>
- Montero, M. (1984). La psicología comunitaria: Orígenes, principios y fundamentos teóricos. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 16(3), 387-400.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Paidós.
- Morris, E. K. (1988). Contextualism: The world view of behavior analysis. *Journal of Experimental Child Psychology*, pp. 289-323. [https://doi.org/10.1016/0022-0965\(88\)90063-X](https://doi.org/10.1016/0022-0965(88)90063-X)
- Prilleltensky, I. (1991). Radical behaviorism and the social order. *Counseling and Values*, 36(2), 104-111. <https://doi.org/10.1002/j.2161-007X.1991.tb00967.x>
- Prilleltensky, I. (1994). On the social legacy of B. F. Skinner: Rhetoric of change, philosophy of adjustment. *Theory & Psychology*, 4, 125-137. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1177/0959354394041006>
- Rakos, R. F., Watson-Thompson, J., & Anderson-Carpenter, K. (2022). An editorial on revitalizing behavioral community psychology: Where are we going now? *Behavior and social issues*, 31(1), 190-193. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00080-0>
- Rodrigues Neto, J. M., & Pereira, M. E. M. (2020). Premissas científicas e propostas sociais em B. F. Skinner entre 1953 e 1960. *Behavior and Social Issues*, 29(1), 218-241. <https://doi.org/10.1007/s42822-020-00033-z>

- Sawaia, B. B. (2015). Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. Em R. Campos (Ed.), *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia* (20. ed., pp. 29-43). Vozes.
- Silva, F. B., & Fernandes, D. M. (2024). O teorizar sobre culturas: Diálogos necessários entre antropologia e análise do comportamento. *Acta Comportamentalia*, 32(2), 247-267. <https://doi.org/10.32870/ac.v32i2.88349>
- Silva, R. C., & Simon, C. P. (2005). Sobre a diversidade de sentidos de comunidade. *Psico*, 36(1), 39-46. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1373>
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1992). *Verbal behavior*. B. F. Skinner Foundation. (Publicado originalmente em 1957)
- Skinner, B. F. (2003). *The technology of teaching*. B. F. Skinner Foundation. (Publicado originalmente em 1968)
- Skinner, B. F. (2014). *Contingências de reforço: Uma análise teórica* (Vol. 3). B. F. Skinner Foundation. (publicado originalmente em 1969)
- Skinner, B. F. (2014). *Science and human behavior*. B. F. Skinner Foundation. (Publicado originalmente em 1953)
- Strapasson, B. A., Zuge, P. R., & Cruz, R. N. (2017). O isolamento da análise do comportamento no Brasil: Uma análise bibliométrica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(1), 94-114. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i1.954>
- Tourinho, E. Z. (1999). Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 7(3), 213-222. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1999000300003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1999000300003&lng=pt&tlng=pt)
- Tourinho, E. Z. (2006). Relações comportamentais como objeto da Psicologia: algumas implicações. *Interação em Psicologia*, 10(1), 1-8. <https://doi.org/10.5380/psi.v10i1.5792>
- Walsh, J., & High, S. (1999). Re-thinking the concept of community. *Social History/Histoire Sociale*, 32(64), 255-274. <https://hssh.journals.yorku.ca/index.php/hssh/article/view/4623>
- Wulfert, E. (1997). The exodus of behavior analysis: Is “splendid isolation” the way to go? *Behavior and Social Issues*, 7(2), 107-112. <https://doi.org/10.5210/bsi.v7i2.309>

---

Submetido em: 05/03/2025  
Aceito em: 09/06/2025